

## A revisão historiográfica das revoluções no caminho do reformismo e da contrarrevolução

The historiographical review of the revolutions in the way of reform and counterrevolution

Antonio Natanael Martins Sarmiento<sup>1</sup>

natanael.sarmiento@hotmail.com

**Resumo:** Aborda o sentido histórico das revoluções sociais nos paradigmas da revolução francesa de 1789 e da revolução russa de 1917. Na perspectiva do materialismo histórico, marxista-leninista, analisa a revisão da historiografia das revoluções ocorrida no bicentenário da revolução francesa por Furet e contestada por Hobsbawm. Ressalta a completude da revolução na democracia e contesta a oposição entre revolução e democracia apresentada pela revisão historiográfica. Considera a revisão da historiografia do tema, inclusive a realizada no Brasil, a caminho do reformismo e contrarrevolução.

**Palavras-chave:** Revolução, contrarrevolução, revisão historiográfica

*Abstract: About the historic meaning of social revolutions considering the paradigms: French revolution from 1789 and Russian revolution from 1917. Analyze, in the view of Marxist-Leninist historic materialism, the historiography review of revolutions, for opportunity of bicentenary of French revolution – Furet – and the review contestation by Hobsbawn. Concludes for the completeness of the revolution in the democracy, therefore, deny the presumed opposition between revolution and democracy of the historiography review, including the review of Brazil historiography, that fustigates the revolutions and the revolutionaries because march in the direction of reformism, else against the revolution.*

**Keywords:** Revolution, counterrevolution, historiographical review

---

<sup>1</sup> Professor Titular da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap).

## Introdução

O significado original da palavra revolução designava uma regularidade oposta ao sentido atual de turbulências e rupturas. A palavra revolução surge com os astrônomos da renascença, na observação dos movimentos regulares dos astros. Adquire conotação política no século XVII, porém, resguardando a ideia original de regularidade ou de restauração da situação anterior. Para Norberto Bobbio o sentido atual de ruptura social deve-se à *revolução francesa*. Revolução deixa de designar restauração da ordem e passa a significar ruptura da ordem associada às ideias de liberdade e progresso embaladas pela revolução francesa de 1789 (BOBBIO, 1977, p. 1122-1123).

O sentido das revoluções é uma arena de tensões distante dos consensos. Discute-se quase tudo, registros, fatos, personalidades, atores coletivos, debate-se a validade e há explicações díspares do fato revolucionário: da ideia de libertação e progresso - “utopia a ser tentada ou reinventada” ao apocalipse social, à catástrofe social a ser evitada e combatida.

A questão conceitual das revoluções não tem recebido tratamento rigoroso na historiografia. Ordinariamente, tem-se alargado o significado da revolução aos diferentes processos sociais: *revolução francesa, revolução russa, revolução mexicana, revolução cubana, revolução dos cravos, revolução praieira, revolução de 1930 e revolução de 1964*, exemplificam. Um emprego tão amplo e indiscriminado dessa palavra a diferentes processos sociais conduza o labirinto da imprecisão e da “*liberalidade*” conceitual. A narrativa histórica para ser consistente deve buscar o essencial para sair desse labirinto de imprecisão conceitual.<sup>2</sup>

<sup>2</sup> O conceito a ser buscado é o real essencial que consiste em dizer o que a coisa é desnudando-se as essências da

José Honório Rodrigues observa essa utilização indiscriminada da palavra revolução: “*muitos são os nomes que caracterizam os vários aspectos da stasis, da exaltação, (...) Rebelião, insurreição, putsch, pronunciamento, coup d'état, revolução, são termos que exprimem vários conceitos*”. Honório Rodrigues ressalta a escala axiológica das diferentes denominações:

*Rebelião, revolta, revolução, insurreição, golpe de Estado têm sido os nomes mais usados no Brasil; as três primeiras, para os movimentos armados de grupos sociais qualificados, como o foram a Farroupilha, a Liberal de Minas e São Paulo, a Praieira de Pernambuco. Rebelião e revolta e bernarda tinham sentido mais restritivo, eram consideradas sem base em princípios e sem objetivo de reforma. A Revolução foi sempre mais qualificada, exatamente devido aos seus ideais. A menos qualificada era a insurreição, considerada de negros e de escravos”. Indo além nas suas ponderações, José H. Rodrigues conclui que todos sempre perquiriram a designação de revolução à qual crescem um adjetivo qualificativo para conferir-lhe historicidade (RODRIGUES, 1982, p. 110-111).*

A denominação da “stasis, exaltação, ou exacerbação” confere ao fato social identidade e representatividade, qualifica o caráter. Em suma, a denominação sela a “*legitimação* histórica” desejada por certos atores e negada por outros. Portanto, a escolha da denominação pelo escriba, cronista, literato ou historiador não é mera questão de linguagem ou nomenclatura. Nessa perspectiva, ressalta-se a maior abrangência na utilização da palavra revolução pelos

---

própria coisa que a palavra designa. Neste sentido, a pretendida saída do labirinto não se resume a mera formulação de uma definição nominal, em dizer o que a palavra significa. Tampouco, se limita a busca de uma definição descritiva, tão útil às ciências naturais, mas que apenas enumera os exteriores mais marcantes da coisa para diferenciá-la das outras. Sobre esse assunto, ver JOVILET, Régis. *Curso de filosofia*. Rio de Janeiro, Editora Agir, 1965, p.36.

historiadores, cronistas e literatos. Talvez em face da maior qualificação e conotação senão apreciada, respeitada que outras palavras quais *golpe de estado*, *motim*, *revolta*, *insurreição*, dentre outras. Sendo a palavra revolução largamente empregada na historiografia para designar diversos acontecimentos –1817 e1824 em Pernambuco - e 1930 e 1964, no Brasil.

Na França, quando se fala em Revolução, o pensamento volta-se, imediatamente, para os sucessos de 1789. Para a imagem ou o espectro vivo da queda da Bastilha. No bicentenário da revolução, os franceses catalogaram, aproximadamente, mil títulos sobre essa revolução nas livrarias.<sup>3</sup>

Na União Soviética, antes da derrocada do regime do *socialismo real*, quando se falava em revolução, referia-se à revolução bolchevique de 1917. Dezenas de milhares de livros e artigos foram escritos sobre a revolução russa.

No Brasil, todavia, quando falamos em *revolução*, não se tem uma referência, mas várias, talvez por não conhecermos nenhuma. Mas, o interlocutor pode cogitar vários acontecimentos da vida nacional brasileira, todos denominados pela historiografia como revolução: 1817, 1824, 1930, 1935 e1964. Uma banal generalização presente na historiografia que subtrai da palavra o conteúdo simbólico, a essência de acontecimento extraordinário, a ideia de ruptura acompanhada de súbitas e profundas mudanças. A banalização historiográfica esvaziada do conteúdo conceitual guilhotina o legado da Revolução Francesa do século XVIII e fuzila a herança política da revolução russa do século XX. Com “tantas *revoluções*”, de ordinário, os brasileiros não voltam seu pensamento a nenhum acontecimento revolucionário específico e a memória dos

acontecimentos chamados revolução fica difusa e fragmentada, associada às vivências pessoais<sup>4</sup>

Maria do Socorro Ferraz registra a denotação positiva da palavra revolução na visão das *élites* e também do *povo*. Observa que as revoluções são vistas como resultantes do progresso, como libertadoras, como motivo de orgulho pelo passado de *lutas gloriosas*, mesmo que os atores sociais tenham combatido em trincheiras diferentes (FERRAZ, p. 15 e 16).

No âmbito do pensamento marxista, sabe-se que a questão da revolução agita acalorados os debates. Na tradição teórica do *materialismo histórico* o processo de desenvolvimento das *revoluções* resulta da luta de classes, são o mais elevado desenvolvimento dessa luta, e o próprio campo da história. De Marx e Engels do Manifesto Comunista aos dias atuais, marxistas explicam e defendem a histórica luta revolucionária das classes subalternas. A Revolução é o ápice da luta das classes fundamentais correspondentes ao desenvolvimento das forças produtivas de cada modo de produção da história, sob o modo capitalista, da burguesia e do proletariado. Segue que a revolução socialista, representa a libertação da dominação burguesa, quando o proletariado revolucionário põe fim à exploração capitalista e cumpre o desiderato histórico de *classe para si* promove a revolução socialista.

No sentido de entender a revolução como ruptura e como transformação de toda sociedade o teor dos  *cursos de filosofia* do Instituto de *Marxismo Leninismo*, em Moscou. Instituição anexa do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética, destinado à preparação

<sup>3</sup> Sobre esse assunto ver: (HOBSBAWM, 1996).

<sup>4</sup> Na pesquisa de história oral da memória da Revolução de 30 realizado no Recife, há quebra de unidade das representações, como a admiração dos populares pelo Inspetor de Polícia do governo deposto. As representações animam o imaginário com “*força emblemática de estilhaços que se associam à história pessoal dos entrevistados.*” (MONTENEGRO, 1992, p. 83 e 94).

teórica de militantes e dirigentes comunistas, de todos os países.<sup>5</sup> No verbete do *Dicionário Político* adotado na escola moscovita, lê-se:

*1. Passagem brusca, repentina, de um estado qualitativo a outro- manifestação de uma importante lei de desenvolvimento dialético da natureza, da sociedade e do pensamento;*  
*2. Revolução social – mudança radical, ao mesmo tempo social e política, que se traduz pela derrubada do velho regime e a instauração de um novo regime social, mais progressista. A revolução triunfa pela insurreição armada das classes exploradas e oprimidas que vencem a resistência das classes exploradoras. Admite a revolução pela via não “pacífica” ‘se as condições são favoráveis’. Sem uma situação revolucionária é impossível o êxito de uma revolução. Esta é a forma mais alta de luta de classes. A revolução burguesa dá o poder à burguesia que instaura o seu regime. Tal revolução, para os trabalhadores, significa meramente a substituição de uma forma de exploração por outra. Assim, apenas a revolução socialista proletária – levada a cabo pela classe operária em aliança com o campesinato e outras classes exploradas, sob a direção política do Partido Comunista, derruba o poder da burguesia e instaura o novo poder, a ditadura do proletariado e empreende a edificação da sociedade socialista, da democracia socialista (Pequeno Dicionário Político, 1980, p. 379-380).*

Aos sucessos revolucionários de 1917 na Rússia não faltam analogias e comparações com os acontecimentos de 1789 na França. Os bolcheviques são comparados aos jacobinos e os mencheviques aos girondinos; Lenin e com Robespierre; Maria Antonieta com a czarina; Trotsky a Napoleão Bonaparte, assim por diante. Para além das aparências dessas comparações, ao contrário da revolução burguesa do século XVIII

que permite inúmeras leituras, e que serve a diferentes objetivos - do radicalismo jacobino à retórica liberal -, a revolução socialista da Rússia não possibilita tantas leituras, nem serve a distintos senhores. Como inspiração ou como modelo, a revolução bolchevique motivou as ações no século XX, unicamente, dos comunistas. E mais apropriadamente, dos comunistas identificados com as resoluções do Congresso da III Internacional. No âmbito do movimento comunista, alguns debates sobre a revolução tornaram-se antológicos, Lenine com Kautsky e Rosa, Trotsky com Stálin.

Tom Bottomore, em explicação com verniz marxista afirma que Marx e Engels foram *amplos* e *flexíveis* no emprego do termo revolução.<sup>6</sup> Engana-se. Sem flexibilidade, revolução significa a *quebra do aparelho do Estado burguês*, no Manifesto.

A nosso ver, Vladimir Ilich Ulianov foi um fiel intérprete das teses de revolução suscitadas por Marx e Engels no *Manifesto Comunista de 1848*. E no *Estado e A Revolução* escrito às vésperas da Revolução de Outubro, sob o título “*Destruição do Estado Parasita*” ele define as tarefas do proletariado revolucionário na iminência da tomada do poder. Parte das ideias de Marx sobre a experiência da *Comuna de Paris*, contidas na obra *A Guerra Civil na França*. Lenine procura convencer os partidários do Partido Bolchevique da necessidade do

<sup>6</sup> Nesse sentido, Tom Bottomore menciona o opúsculo de Engels *O Papel da Violência na História*, como exemplo de utilização “flexível” do conceito de revolução, pela alusão ali feita ao “caráter revolucionário da unificação Alemã de Bismark, assim como algumas referências de Marx a destruição de aldeias na Índia, por pressão britânica. Cf. BOTTOMORE, 1983, p.325. Ditas referências de Engels, no entanto, são anotações passageiras. A questão da *Teoria da Violência*, em Engels é melhor analisada no *Anti-Dühring*. Para Marx e o seu parceiro a origem da violência na história, (das guerras e das revoluções) tem causas econômicas, havendo, do que resulta o seu sentido classista, burguês ou proletário. Assim, é possível falar-se em revolução burguesa ou em revolução proletária.

<sup>5</sup> O autor fala com conhecimento de causa.

assalto ao poder pelas armas a fim de quebrar o aparato burocrático e militar:

*Centralizado do Estado, com os seus órgãos onipresentes: exército permanente, polícia, burocracia, clero magistratura (...) assumiu cada vez mais caracteres de uma força pública organizada para a servidão social, de instrumento de despotismo de uma classe.* (LENINE, V.I. *O Estado e a Revolução*, 1983, p. 51-68).

Antonio Gramsci interpreta o sentido da luta de classes como expressão da disputa política pela *hegemonia* (GRAMSCI, 1981; GRUPPI, 1978). Nesse sentido, o líder comunista italiano diferencia a sociedade civil da sociedade política, o Estado do “Oriente” e o do “Ocidente” e a *guerra de posições*:

*No Oriente o Estado era tudo, e a sociedade civil primitiva e gelatinosa; no Ocidente, entre o Estado e a sociedade civil existe uma justa relação, e, por detrás das vacilações do Estado descobre-se, imediatamente, uma robusta estrutura da sociedade civil* (GRAMSCI, 1978)

Gramsci utiliza as expressões *levantes ativos e revolução passiva* para distinguir a forma brusca da forma lenta de revolução. Nesta última, na luta pela hegemonia do novo bloco histórico em prolongada preparação das consciências nas *mudanças moleculares* (GRAMSCI, 1978). Na sua concepção, as robustas sociedades civis ocidentais emergem com perspectivas históricas revolucionárias não insurrecionais, de *guerra de posições, de disputa longa e lenta pela hegemonia*.

Os comunistas ocidentais ou orientais, marxistas leninistas ou gramscianos não avocam para si a exclusividade da explicação de revolução como nova estrutura ou nova cultura. Nem desconhecem as outras tradições teóricas que explicam o processo da revolução como

mudanças sociais profundas e radicais. A diferença da perspectiva marxista das demais explicações está na centralidade do papel da luta de classes e/ou luta pela hegemonia.

Ortega y Gasset na *Rebelião das Massas* e André Joussain na *Lei das Revoluções* destacam a ideia de ruptura radical das revoluções. Willems refere-se tanto a mudança da camada dirigente quanto o refazer social em duplo sentido: mudança das estruturas e dos valores (WILLEMS, 1981, p. 291-292). E Gasset, Joussain e Willems não são “catalogados” como pensadores da tradição marxista. Mas, desde a revolução de 1789 na França, a humanidade herdou a ideia de revolução como mudança radical da velha ordem, segundo Norberto Bobbio, donde se explica o sentido progressista e libertador da palavra (BOBBIO, 1986).

Todavia, historicamente, mesmo a revolução associada ao progresso e à libertação, sempre foi combatida com ações e com ideias. No decurso do século XIX, época do lançamento do Manifesto Comunista e no século XX, mormente, depois do triunfo da revolução bolchevique. Não cessa nesse início de século XXI, a despeito da “queda do muro” de Berlim e do fim da URSS, essa ultra atividade do combate às revoluções dos discursos contrarrevolucionários, dialeticamente, representa a sobrevida da tese revolucionária, a atualidade da revolução. Nos liames históricos dos grandes paradigmas da revolução social - 1789 na França e 1917 na Rússia – fermentaram-se as ideias que modelaram o pensamento político dos séculos seguintes. E que vão muito além dos joguinhos infantis comparativos de simbolismos, Marselhesa com Internacional, barrete coma foice e o martelo, a bandeira tricolor na Bastilha com a vermelha no Kremlin.

Marxistas não denominam de revolução as meras trocas dos atores, sem trocar os papéis

sociais desses atores, sem mudar, radicalmente, o desenvolvimento da trama histórica. Quem se diz e usa máscara, pois oculta outras intenções, em nome do marxismo revolucionário. Proposições para alcançar um *bem-estar social*, a retórica do *bem-comum*, ou do *estado democrático de direito*, da igualdade e da liberdade, alcançados através de arranjos e pactos políticos, sem quebrar a essência do Estado e do sistema capitalista, podem fazer parte do ideário dos liberais, dos reformistas sociais, dos sociais reformistas, jamais, dos comunistas marxistas.

Correntes reformistas apostam no aperfeiçoamento da sociedade através de modificações graduais e sucessivas, sem necessidade da quebra ou do rompimento radical da velha ordem. Buscam reformar a sociedade, alcançar o progresso material e moral sem os traumas e prejuízos causados pelos vendavais revolucionários.

Na visão dos comunistas, esse reformismo representa a antessala da contrarrevolução. Divide o campo dos explorados e retira-lhes o foco real da emancipação das classes oprimidas, da luta revolucionária: *não se faz omelete sem quebrar os ovos*, dizia Lenin, e *a revolução não se faz com luva de seda*, completava Stálin. Para Marx, Engels, Lenin, Stálin, Trotsky e os comunistas revolucionários, os reformistas foram *oportunistas* no calor da guerra civil e *traidores* (BIROU, 1973, p. 350).

## A revisão historiográfica das revoluções

Hobsbawm ressalta a importância da revolução burguesa na França do século XVIII para a revolução socialista da Rússia no século XX:

*A Revolução Francesa foi um acontecimento tão extraordinário, tão cedo reconhecido universalmente como a fundação do século XIX, que parte da sua história é o que o século fez dela (...) O século XIX estudou, copiou, comparou-se com a Revolução Francesa; ou tentou evitá-la, ignorá-la, repeti-la ou ultrapassá-la.* (HOBSBAWM 1996, p.11)

Assim, os *ecos da marsehesa* serviram de sonata inspiradora para todas as revoluções sociais posteriores, até o ano de 1917. Nesse ano, a tradição revolucionária completa-se com os acordos da *Internacional*:

*Dominou a história, a própria linguagem e o simbolismo da política ocidental desde sua irrupção até o período que se seguiu a Primeira Guerra Mundial – incluindo as elites no que hoje é chamado de Terceiro Mundo, que viam que as esperanças de seus povos estavam em algum tipo de modernização, ou seja, em seguir o exemplo dos mais avançados Estados europeus.* (HOBSBAWM, 1996, p. 47).

A revisão historiográfica das revoluções dos intelectuais franceses, na ocasião do bicentenário de 1789, desencadeado pela edição dos *Ensaio Sobre A Revolução Francesa*, de François Furet, antecipa as comemorações, para não dizer, o féretro do bicentenário (FURET, 1978). Segundo o coveiro François Furet, as teses marxistas dominam a historiografia revolucionária - *historiografia jacobina* - e a Revolução, assim explicada, está no poder, na sociedade e nas instituições, particularmente nas universidades (FURET, 1978, p. 24).

Julga *monsieur* Furet ser o momento de destituir a historiografia das significações elementares que ela mesma legou aos herdeiros: *para lhe devolver o que é também um primo movens do historiador, a curiosidade intelectual e a atividade gratuita de conhecimento do passado* (FURET, 1978, p. 14-15).

Furet defende essa tese bem conhecida de azeitar a guilhotina revisionista contra os marxistas. Isso pode fazer de François Furet o mais festejado historiador da mídia burguesa a render-lhe honrarias da corte, mas pela sua *revisão* da história da revolução, não faz dele um intelectual singular, nem inovador, como divulgado nessa mídia.

Segundo Furet, diante do *vivido revolucionário* a revolução torna-se ideia nova na história da humanidade - cujo sentido semântico advém de 1789: “*bonito exemplo de coagulação simultaneamente racional e emotiva de um conceito por um acontecimento*” (FURET, 1978, p.133). No singular, a palavra *revolução* designa o corte fundamental “*na trama do tempo: o corte mais memorável porque instala outra ordem*” (FURET, 1978, p.134). E no imaginário social coletivo *institui um antes e um depois onde se organiza a história da nação*. O que está antes e depois são campos neutros, posto que a revolução estatue o *ponto zero*, a partir do qual tudo começa. Morre um mundo que não devia continuar, pois o corte da trama histórica situa-se entre o bem e o mal, por trás do discurso histórico subjaz um moral.

No discurso de François Furet, a consciência revolucionária é um *investimento psicológico e ideológico da atividade política*. E nessa perspectiva, *todos os problemas intelectuais, morais, sociais, da humanidade se tornam políticos*. Não há desgraça humana que não esteja sujeita à instância política. O revolucionário é o agente de uma prática histórica com veleidades elevadas, que identifica a própria vida com a defesa dos seus ideais.

A historiografia é tributária da maneira como os atores da revolução se pensaram. Partilha a ideia de tempo histórico, ou seja, das crenças da consciência revolucionária, da ruptura, do bem e do mal (FURET, 1978, p.136). Uma história linear de progresso da humanidade

na qual a revolução Mãe definiu os valores da revolução filha, a socialista. A revolução de 1789 ganha rosto, porém, deixa de ser a matriz revolucionária (FURET, 1978, p.139).

O historiador francês retoma a retórica da neutralidade epistemológica do narrador, requeixa um pão adormecido e o apresenta ao mundo como se fosse uma receita nova. Mas a receita é velha conhecida, bastaria Furet olhar a prateleira da *boulangerie* do seu compatriota Emile Durkheim, que já usava todos os ingredientes da retórica neutral no século XIX.

O novo *boulangeur* apregoa a superioridade das narrativas não comprometidas pelo *vivido revolucionário* dos atores. Não são comprometidos, naturalmente, os condimentos venenosos contrarrevolucionários dos revisores. Dos narradores cujos discursos pretendem enterrar a historiografia existente da revolução? A nova teoria crítica da Revolução do cozeiro Furet propõe enterrar todas as narrativas da história comprometidas, exceto, a narrativa *descomprometida* do cozeiro, ele não cobra pelo enterro, certamente.

Advoga uma crítica da revolução, mas uma crítica acima do bem e do mal, acima dos maniqueísmos. A chave capaz de abrir as portas da nova crítica da revisão da historiografia, segundo *monsieur* François Furet, está com Alexis Tocqueville.

Entretanto, Furet faz vista grossa as opiniões contrarrevolucionárias Tocqueville: “*a revolução é a ilusão da mudança por excelência e que termina por acelerar a obra dos reis*”. Eis a bela saída à historiografia das revoluções para Furet, na verdade, está mais próxima da *gazua*-instrumento usado para arrombar portas -do que para a chave da historiografia revolucionária.

Nem o talento do ilusionista Furet pode fazer desaparecer o *vivido revolucionário* das

narrativas de Tocqueville. Noutras palavras, não passa de bazófia retórica as críticas da revolução que se colocam numa perspectiva ideológica isenta e despojada do peso das ideologias dos atores da revolução.

O modelo de guardião, Tocqueville, no século XIX, foi crítico da revolução Francesa. Curiosamente, Furet e o seu modelo, definem-se como intérpretes neutros. A Furet, revisor crítico da revolução francesa, só falta fazer a apologia da democracia americana para se igualar a neutralidade e a isenção da narrativa de Alexis de Tocqueville que foi um apologista da democracia americana e crítica da revolução francesa:

*Querem absolutamente fazer de mim um homem de partido e não o sou... Atribuem-me alternativamente preconceitos democráticos ou aristocráticos. (...) Vim ao mundo no fim de uma longa revolução que, após ter destruído o antigo Estado, nada criara de duradouro. A aristocracia já estava morta quando comecei a viver, a democracia não existia ainda. O meu instinto não podia, pois, arrastar-me cegamente nem para uma nem para outra. Eu habitava um país que, durante quarenta anos, experimentara um pouco de tudo, sem se deter definitivamente em solução alguma. Portanto, não era acessível em matéria de ilusões políticas. Pertencendo eu próprio à antiga aristocracia da minha pátria, não experimentava ódio nem ciúme natural contra a aristocracia; e achando-se esta destruída, tampouco sentia amor natural por ela, pois não se tem grande apelo se não ao que vive. Achava-me bastante próximo para conhecê-la bem, assaz distante para julgá-la sem paixão. Outro tanto direi do elemento democrático. Nenhum interesse me dava tendência natural e necessária à democracia, de que não recebera pessoalmente injúria alguma. Nenhum motivo particular tinha eu para amá-la ou para odiá-la, independentemente dos que me fornecia à própria razão. Numa palavra,*

*achava-me tão bem equilibrado entre o passado e o futuro, que não me sentia naturalmente atraído nem para um nem para outro, não precisando de grandes esforços para lançar olhares tranquilos a ambos os lados (CHEVALLIER, 1986, p. 252).*

Suma perfeição do *equilíbrio entre o passado e o presente*, tão essencial à narrativa histórica, ou gazua ideológica? Não chorar os mortos, por que já morreram e só amar ou odiar os vivos, se houver motivos particulares para isso. O regime aristocrático não merece ser lamentado, não pelas odiosas relações de exploração e vassalagens entre nobres e servos, pelo regime de privilégios e exploração servil, desigualdades entre os homens como princípio legal. A democracia não praticou nenhuma injúria contra ele pessoalmente, não deve ser combatida, tampouco defendida. Moral: acompanhar o curso do rio, independente da direção.

Todavia, Eric Hobsbawm enfrentou, energicamente, as armadilhas ideológicas dessa revisão proposta por *monsieur Furet*:

*A nova literatura sobre a Revolução Francesa, especialmente em seu próprio país, é extraordinariamente distorcida. A combinação de ideologia, moda e poder publicitário da mídia permitiu que o bicentenário fosse amplamente dominado por aqueles que, em uma palavra, não gostam da Revolução Francesa nem da sua herança. Isso não é novo – em seu primeiro centenário foram escritas mais coisas contra a Revolução do que a seu favor – embora seja de algum modo surpreendente ouvir um primeiro-ministro (socialista) da República Francesa Michel Rocard, saudando o bicentenário porque este convenceu muitas pessoas de que uma revolução é perigosa e que, caso possível, é melhor passar sem ela. Esses são sentimentos admiráveis que provavelmente expressam, na maior parte das vezes, um amplo consenso. As épocas em*

*que as pessoas comuns querem uma revolução, sem mencionar as épocas em que as fazem, são por definição pouco frequentes. Mesmo assim, pode-se pensar que existem momentos – 1789 foi um deles, e monsieur Rocard poderia, sem dúvida, pensar em vários outros em 1989, caso sua mente vagasse para o leste de Paris – em que os povos deram sinais de querer ganhar Liberdade, Igualdade e Fraternidade. A novidade da situação atual é que a rejeição da memória da Revolução Francesa vem daqueles que a desaprovam sob o argumento de que a tradição central da historiografia francesa é, desde 1815, marxista e, como tal, inaceitável academicamente por uma nova escola de historiadores revisionistas: ‘Enquanto isso, os caminhões de lixo rolam pelas ruas recolhendo a velha-guarda – de historiadores-, e a cabeça de Marx, espetada em uma lança, é carregada no alto pela multidão’ como nota um historiador reacionário que, embora ignorante no assunto, capta o clima dos tempos que correm (HOBSBAWM, 1996, p. 9-10).*

Eric Hobsbawm contesta as ideologias dos novos estudos para os quais toda historiografia produzida no século XX deva ser atirada no lixo e refuta que o revisionismo contrário à revolução Francesa represente o modelo das novas pesquisas.

Eric Hobsbawm lembra que para se responder ao passado é indispensável enraizar-se no presente: analítico, intelectual, social e político. Todos escrevem a história do seu próprio tempo, quando olham para o passado. Mas, aqueles que somente escrevem a história do seu tempo não podem entender o passado e o seu legado; podem falsificar o passado e o presente. Sob os *Ecoss da Marselhesa* do maestro Hobsbawm transforme-se também ele mesmo em símbolo, símbolo de resistência em tempos de rendições e conversões aos “novos paradigmas”.

Hobsbawm, na perspectiva da historiografia marxista, tão criticada atualmente, faz crítica a crítica a crítica. Considera que nenhuma análise lúcida da historiografia deve escamotear o sentido político e ideológico da narrativa histórica, que a revisão antimarxista tenta ocultar, a todo custo. Nesse sentido, Hobsbawm reafirma o sentido paradigmático da Revolução Francesa para as revoluções sociais posteriores. Considera revolução da burguesia, mas destaca o fosso da interpretação da Revolução entre os liberais do século passado e os do presente. E ressalta a correlação da revolução francesa com a revolução russa.

A combatida hegemonia marxista na historiografia da revolução francesa decorre mais da omissão e do desinteresse das outras tradições pelo tema. O mundo experimenta profundas mudanças, sem precedentes na história em termos tecnológicos e socioeconômicos, em curto espaço de tempo. Este processo desnudou o que era invisível e abriu novas interrogações, exigindo o repensar de todas as explicações da história e não apenas da história marxista. Antes de transformar a Revolução Francesa em bode expiatório de dúvidas não resolvidas, deve-se lembrar do que aquele acontecimento central da história moderna legou aos povos às noções.

A revolução francesa mostra que o poder do povo não é a mesma coisa que a versão domesticada do sufrágio universal: *“Nenhuma revolução anterior a 1789 foi tão decisiva, evidente e imediatamente eficaz. Foi o que transformou a Revolução Francesa em uma Revolução”* (HOBSBAWM, 1996, p. 126).

O paradoxo do revisionismo é a tentativa de diminuir o significado da Revolução que:

*Deu à Declaração dos Direitos do Homem uma ressonância muito maior do que as dos modelos americanos que a haviam inspirado; que fez com que as inovações da França –*

*incluindo seu novo vocabulário político-fossem mais rapidamente aceitas fora dela; que criou suas ambiguidades e conflitos; e, o que não é menos importante, que transformou a Revolução Francesa no acontecimento épico, terrível, espetacular e apocalíptico que lhe deu certa singularidade tão horripilante como inspiradora* (HOBSBAWM, 1996, p. 127).

Hobsbawm encerra os acordos da *Marselhesa* a fazer lembrar os desmemoriados dos valores da razão e do iluminismo na consigna revolucionária, valores da civilização diante do obscurantismo, do fundamentalismo religioso, da barbárie e do reacionarismo, mais do que nunca, necessários. Que o legado desse acontecimento extraordinário, da revolução que transformou o mundo, é positivo para a humanidade (HOBSBAWM, 1996, p. 127).

## **Ecos da revisão no Brasil: reforma ou revolução?**

No Brasil, final dos anos 80, a secção paulista da ANPUH-SP realiza um encontro temático sobre “*Reforma ou Revolução?*”.

Maria Stella M. Bresciani e Vavy Pacheco Borges justificaram a convocação, a lembrar do balanço historiográfico necessário ante a proximidade dos 70 anos da Revolução Russa, do Centenário da República brasileira e do bicentenário da Revolução Francesa (BRESCIANI; BORGES, 1991, p.7).

As principais teses aprovadas no referido conclave foram publicadas em 1990, com a pretensão de trazer ao público *novas reflexões*. Os editores, também eles, proclamaram tratamento teórico diversificado na obra, a *oferecer ao leitor a possibilidade de uma avaliação plural*:

*“Novas evidências apareceram: as lentas transformações dos valores, dos hábitos e*

*costumes de natureza as mais diversas, e mesmo das instituições. Isto constitui hoje praticamente um consenso. (...) No Brasil, a produção universitária, muito marcada pelo pensamento da chamada esquerda, abandonou o tema dos anos sessenta de uma já tão antiga - 'revolução-democrático-burguesa' pela discussão da democracia, no final dos anos setenta. A questão democrática ganhou o centro da cena político antes ocupado pelo debate em torno de uma possível, desejada ou detestada revolução brasileira”* (Grifos nossos) (BRESCIANI; BORGES, 1991, p.7-8).

Não cumprem o prometido. Marco Aurélio Garcia, um dos protagonistas do encontro, pontificou sobre os *paradigmas políticos reforma e revolução* numa exaustiva peregrinação pela história do movimento operário, desde a Europa oitocentista até a revolução na Rússia de 1917. A sua conclusão é lapidar, numa perspectiva reformista, naturalmente, pois afirma que a disjuntiva “*reforma/revolução é peça de museu*”.

*Peça de museu*, no sentido pejorativo, dado pelo ilustre expositor, aplica-se a própria conclusão do ilustre expositor, descobrir essa novidade no final do século XX que já estava nos anais dos debates do tema do século XIX (GARCIA, 1990, p. 9-30).<sup>7</sup>

Edgar Salvatori de Decca, outro protagonista do evento, abordou o tema de forma diferente de Marco Garcia, porém chegando a mesmíssima conclusão: “*podemos dizer apenas que a revolução dos anos sessenta, enquanto um elemento norteador do nosso imaginário, acabou*” (DE DECCA, 1990, p.74).

Cláudio H. Batalha, seguindo as pegadas de Cornelius Castoriadis optou por abordar as *significações imaginárias* da revolução Francesa

<sup>7</sup> No entanto, parece desenvolto em teses contrárias, nesse sentido ver a sua opinião sobre o livro *Ecos da Marselhesa* de Hobsbawm (1996).

para o movimento operário brasileiro. No destaque do imaginário, considera irrelevante a revisão historiográfica da revolução francesa desencadeada por Furet:

*Pouco importa se a Revolução Francesa efetivamente representou uma ruptura, o que realmente importa, neste caso é que milhares de homens, ao elegerem-na como paradigma, nela viram um momento inaugural, o prenúncio de uma nova era e, sobretudo, agiram de acordo com essa crença.*

Cláudio H. Batalha identificou três dimensões às imagens da revolução francesa para o movimento operário brasileiro: *primeira*, paradigmática; *segunda*, momento construído na memória e na linguagem; a *terceira*, alegórica e simbólica (BATALHA, 1990, p.234).

Não deixa de ser curioso esse conclave da ANPUH-SP. Os historiadores presentes pontificavam seus largos saberes sobre os sucessos da França do século XVIII, e da Rússia, do século XX, passando ao largo da revolução no Brasil. Ou quando ousavam a emenda saía pior que o soneto, haja vista Ítalo Tronca sobre a revolução de 1930: “*é falsa questão discutir se 30 foi ou não uma revolução*” (TRONCA, 1982, p. 97). Falsear é cultivar uma retórica radical revolucionária com o escopo de camuflar posições essencialmente reformistas. Quais objetivos podem ser ocultados sob as aparências dessa retórica? Quais vozes, no campo dos vencidos, podem ser silenciadas, nesse banquete de reformistas que sentenciam o fim da discussão da revolução? A quem interessa a *construção mental* de que a revolução está superada, é peça de museu, e debater a revolução é uma discussão bizantina? O que há de inovador, nessas supostas “*evidências*” de que a *revolução* é coisa do passado, e que a *reforma* é o tema contemporâneo a ser debatido?

É possível cogitar inúmeras respostas, afinal, esse debate sobre o caminho da *reforma*

ou da *revolução* acompanha o movimento operário e sindical em geral, e o pensamento comunista em especial, desde o século XIX. *Reformistas* e *revolucionários* se distanciaram uns dos outros não apenas em relação ao caminho da revolução, mas em relação ao ponto de chegada: quanto aos meios e quanto aos fins. Negar essas diferenças é mais uma manipulação ideológica, pois eles não dão respostas idênticas à questão: *é possível, através de um processo gradual e pacífico, transformar as sociedades e alcançar o socialismo, - substituir as estruturas econômicas capitalistas e transformar a gestão política do Estado – por meio das instituições existentes no chamado Estado Democrático?*

Correntes revolucionárias e reformistas, historicamente, disputaram a hegemonia do movimento operário. O conclave, univocamente, enalteceu as teses da *reforma*. Como se o caminho da reforma fosse palavra final, o contemporâneo, o adequado, o correto, e se não usassem máscaras decretariam o fim da história, qual o outro.

Combateu-se a tese da *revolução* sem direito a defesa, subestimando-se a importância do simples debate sobre revolução. Parte-se da premissa que não tem mais lugar na história para essa ideia *morta*, ultrapassada, *extemporânea*. Concluem que a revolução é uma *falsa questão*. Tais sínteses são inovadoras? São surpreendentes? Surpreende apenas a confraria dita pluralista apresentar resultados ideológicos mais unânimes que os Congressos do Partido Comunista albanês, dos tempos do Enver Hoxha.

A revolução está longe do final pretendido pelos reformistas de ontem e de hoje, no cerne da luta de classes, o lugar próprio do desenvolvimento da história humana. Se o debate antecedeu a revolução russa de 1917, a revolução de bolchevique cristalizou as divergências dos reformistas com os revolucionários. No momento da ruptura os

campos ficaram delimitados: de um lado, os *revolucionários bolcheviques* apontando o caminho da guerra civil e da insurreição, liderados por Lenin; no outro lado, os *reformistas*, que defendiam as mudanças graduais do regime democrático-burguês e seguiam o proselitismo de Karl Kautski.

Os dois caminhos dividiram, por longo tempo, o movimento socialista em todo mundo. E as implicações dessa divisão repercutem no movimento político geral, nas definições das alianças, estratégias e táticas políticas. Em questões que vão além do próprio movimento socialista. Não se afigura razoável considerar a revolução, mesmo em congresso de reformistas, uma querela bizantina. Os doutores da manipulação ideológica transformaram o conjuntivo “e” de “*revolução e democracia*” no disjuntivo “ou” *revolução ou democracia*. A revolução brasileira teve a sua encenação roubada pela *nova questão política, a democracia*, uma contraposta à outra. Sentencia-se que a revolução, a mudança brusca através da via armada é uma peça de museu e está morta e divorciada da democracia. Na formulação, a disjunção da perspectiva revolucionária coma questão democrática por que revolução e democracia são dois processos desentranhados, díspares. Como se a perspectiva estratégica dos revolucionários, ou se a luta de classes pela democracia e pela revolução fosse bem diferente. Apresentam essa perspectiva formalista digna de liberais como se fosse verdade absoluta, uma *lei geral das sociedades*, no mundo, e no Brasil. Com aplicação em todos os tempos. Independente do movimento e do desenvolvimento das forças sociais em luta na história. Não obstante os Fukuyamas já decretaram o fim da história, os Furet e Tocqueville apregoarem a neutralidade da crítica das revoluções, esquecem eles que a democracia francesa e a americana nasceram de revoluções sociais. Historicamente, todas as revoluções

possuem um caráter libertador e de luta contra a tirania e a opressão. E esse fato do caráter democrático motivador das revoluções, não se apaga pelos desmandos e tiranias ulteriores que a história registra no desenvolvimento de alguns processos revolucionários.

Nessa perspectiva histórica do caráter *radical-democrático* das *revoluções*, Hannah Harendt questiona: qual foi a revolução que conseguiu mobilizar as massas populares para defender o absolutismo ou a opressão? Dito de maneira inversa: qual revolução não foi movida pelo sentimento de liberdade? De luta contra a tirania e/ou contra todas as formas de exploração?

Na Inglaterra, a revolução de 1649, Eduard Cromwell, dissolveu o Parlamento e cortou a cabeça real de Carlos I. Mas, em 1688, a obra revolucionária foi completada por Guilherme de Orange, sob o lema: “*Pela Liberdade, Pela Religião Protestante e Pelo Parlamento*”. Guilherme figura na historiografia como o rei que consolidou a vitória do *protestantismo* e do *liberalismo whigs* (CHEVALLIER, 1986, p. 103).

No dia 14 de julho de 1789, sob o lema da “*liberdade, Igualdade, Fraternidade*”, os franceses derrubam o símbolo do poder absoluto da monarquia: a Bastilha. Em seguida, *fraternalmente*, guilhotinaram reis, nobres, cleros e, em seguida decapitam outros revolucionários. Por acaso, toda violência histórica da revolução francesa e das ditaduras que a sucederam, elidem o sentido democrático da revolução de 1789?

Em fevereiro de 1917 na Rússia, a revolução democrático-burguesa, sob a bandeira: “*Paz, Terra e Liberdade*”, derruba a autocracia czarista. Em seguida, os bolcheviques, com o apoio dos operários, camponeses, soldados e marinheiros, organizadas nos *sovietes*

aprofundaram esse processo revolucionário em guerra civil na direção do *socialismo*. O povo em armas tomou de assalto o poder da burguesia na revolução de outubro (ZUBOK, 1986, p. 233). O que representou, para a humanidade, especialmente, para os trabalhadores de todos os países, a revolução bolchevique? A violência da e os crimes do stalinismo - reais e inventados-, tiram dessa revolução sua importância? E à luta dos oprimidos pela igualdade e contra a exploração do próprio homem? Há motivações e movimentos mais democráticos que as forjadoras das revoluções?

Na China da dinastia Manchu, cartazes nas Praças estampavam: "Proibido a entrada de cães e de chineses" (COGGIOLA, 1985, p.16). Por acaso, os descaminhos e os espinhos das "flores desabrochadas" do processo revolucionário chinês tiram o conteúdo democrático da revolução liderada por Mao Tsé Tung?

Revoluções na América do Norte, México, Cuba, Argélia, Angola, Moçambique, Nicarágua, tantas outras, com motivações e caráter diferentes: *liberais-burguesas, socialistas-proletárias, nacionais-libertadoras, anticoloniais*, socialista. Todavia, com um elo comum a todas, o da radicalização democrática dos sujeitos que assumem o papel na história. Sem intermediários ou prepostos, as revoluções sociais expressam a violência e também a radical democracia na história, pelo menos, enquanto não se estabelece uma nova ordem, ou se restabelece a antiga *paz romana*.

Para Marx, a noção de revolução é do momento agudo dos antagonismos classistas elevadas ao paroxismo. Nem Max, nem o materialismo histórico, defenderam a exclusividade das vias de lutas classistas - as *formas de lutas* - ou de qualquer das suas manifestações. Nenhuma via da luta política das classes considera-se irrelevante e descartável. Dialeticamente, um processo de extrema

violência pode resultar, inclusive, em retrocesso do processo revolucionário, a "montanha parir um rato". Processos históricos violentos, por vezes, levam a algumas "reformas", haja vista, a cruenta luta pela regulamentação de direitos civis e políticos, direito do voto, jornada de trabalho de 8 horas. Portanto, não confundir o meio com fim, a forma com conteúdo.

## Considerações finais

No âmbito da historiografia, embora legítima e oportuna à discussão sobre as revoluções, mormente quando atreladas às questões das democracias e das reformas, o debate tem sido manipulado por armadilhas ideológicas. Parcela da intelectualidade "orgânica" em conluio com mídia e a grande imprensa, nacional e internacional, a difundir as novidadeiras velhas teses críticas das revoluções e dos processos revolucionários.

Mas essa discussão tem cunho ideológico e é parte da luta política pela hegemonia. Historicamente, sujeitos da história dirigem seus processos transformadores, definem suas sociedades, seus caminhos. Homens e mulheres lutam por liberdade, crenças religiosas, pela terra, pelo pão, pela igualdade, pela paz, pelo trabalho, pela democracia, pelo socialismo, por diversos motivos.

Na perspectiva materialista histórica, às revoluções concorrem *fatores objetivos* - ligados às forças econômicas produtivas e às relações de produção - e os *fatores subjetivos* - atreitos às vontades revolucionárias dos atores da história. Reduzir a teoria de Max a fatores meramente econômicos é a armadilha ideológica usada pelos inimigos da teoria crítica revolucionária de Karl Marx.

A chamada violência revolucionária, uma guerra civil, uma insurreição, a violência dos jacobinos, dos bolcheviques, definiu-se e define-

se sempre, na própria história. No papel dialético da *luta das classes antagônicas*. Nenhuma classe social determina, por si, o desenvolvimento desse processo, com exclusividade. Marx vê a revolução como momento agudo da história, como desenvolvimento da luta de classes, quando os antagonismos são elevados ao paroxismo. Nessa perspectiva, nem Max, nem tampouco o materialismo histórico, induzem à exclusão de vias dessa lua - as *formas de lutas* - ou profetiza sobre qualquer das suas manifestações.

A *separação cirúrgica* de configurações como reforma/revolução/democracia representa concepções estranhas, e, não raramente, contrárias ao materialismo dialético. Quase sempre posições contrarrevolucionárias.

Nesse sentido, aos marxistas compete combater tais teses, denunciar os mecanicismos que saparam as reformas das revoluções e as revoluções da democracia. Todas as revoluções são motivadas por ideias democráticas, não há revolução sem reformas.

Um debate sério sobre a revolução e a democracia não pode tentar ocultar suas origens ideológicas, pelo contrário, deve mostrar, claramente, seu rosto e sua alma, se houver, seja liberal, reformista, revolucionária.

O marxismo, filosofia da história constituída sob o método dialético, possibilita analisar as leis de desenvolvimento das sociedades humanas, na perspectiva da ação transformadora, revolucionária. As revoluções sociais apresentam-se como libertadoras das forças produtivas e, historicamente, progressistas e democráticas. A noção de ditadura do proletariado, em Lenine, tem conteúdo democrático e expressa a *vontade geral*- vontade da maioria, sem o idealismo de Jean Jacques Rousseau que cogitava a vontade de todos.

Lenine inspira-se na noção *rousseauriana* da democracia na constituição dos *soviets*.<sup>8</sup>

Fazer a apologia do reformismo e execrar a revolução preconizada no pensamento marxista-leninista, sem voz contraditória, transforma um conclave de historiadores em teatro mambembe da pior qualidade, com a devida vênua membros da trupe. Do confronto de teses sobre a atualidade das revoluções e das reformas poderia surgir novas perspectivas, mas, os arautos da contrarrevolução apregoaram numa única voz: “*A revolução está morta!*”. Sem uma única voz na plateia para contraditar: “*Viva a Revolução!*”.

---

<sup>8</sup> Credite-se essa correlação ao Luciano Guppi (1986).

## Referências Bibliográficas

- ALTHUSSER, Louis. *Notas Sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- ANDERSON, Perry. *Considerations on Wester Marxism*. London: New Left Brookes, 1976.
- AUTUORI, Luis, *O Sentido Comunista da Democracia*. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Valverde, 1966.
- BASTOS, Abguar. *História da Política revolucionária no Brasil*. Vol. 9, Rio de Janeiro, Editora Conquista, 1979.
- BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. "*Nós, Filhos da Revolução Francesa*"- *A imagem da revolução no Movimento Operário Brasileiro no início do século XX*. São Paulo, Editora Marco Zero, 1990.
- BIROU, Alain. *Vocabulaire Politique des Sciences Sociales*. Paris: Les Éditions Ouvrières, 1973.
- BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: UnB, 1986.
- BOTTOMORE, Tom. (Org.) *Dicionário do Pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- BRANDÃO, Octávio. *Combates e Batalhas*. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1978.
- BRAUDEL, Fernand. *E'critssurl'histoire*. Paris: Flammarion, 1969.
- BRESCIANI, M. Stella e BORGES, Vavy Pacheco. *Apresentação in Reforma e Revolução*. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, v.10, 1991.
- BURGUIÈRE, Andre. *Dictionnaire des sciences historique*. Paris: PUF, 1986.
- CAAR, E.H. *A Revolução Russa de Lenine à Stálin*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- ARBONELL, C. *Gran October Ruso*. Madrid: Gusdsrrmsn, 1969.
- CAMPELLO DE SOUZA, Maria do Carmo. *O Processo Político Partidária na Primeira República* in *Brasil em Perspectiva*, São Paulo: Difel, 1977.
- CARONE, Edgar. *Classes Sociais e Movimento Operário*. São Paulo: EditoraÁtica, 1989.
- CASTORIADIS, Cornelius. *La question de le l'histoire du movimentouvrier*. Paris: d'édition Union Générale, 1974.
- CHEVALLIER, J.J. *As Grandes Obras Políticas de Maquiavel a Nossos Dias*. Rio de Janeiro, Editora Agir, 1986.
- COGGIOLA, Osvaldo. *A Revolução Chinesa*. São Paulo, Editora Moderna, 1985.
- DECCA, Edgard de. *A Revolução Acabou* in *Revista Brasileira de História* Vol. 10 n° 20 - Reforma e Revolução. São Paulo. ANPUH - Marco Zero, 1990.
- DIAS, Giocondo Alves G. *Os Objetivos dos Comunistas*. São Paulo, Editora Novos Rumos, 1983.

- DURKHEIM, Emile. *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo, Editora Nacional, 1978.
- ENGELS, Friedrich. *O Papel da Violência na História*. Porto, Publicações Escorpião, 1974.
- \_\_\_\_\_. *Anti-Duhring*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1976.
- \_\_\_\_\_. e MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*. Moscou, Editora Progresso, 1985.
- \_\_\_\_\_. *A Ideologia Alemã*. Lisboa, Editorial Presença, 3ª Edição, Vol.I, s/d. 1º, Rio de Janeiro, Editora Vitória, 1956.
- FERRAZ, Socorro. *Liberais & Liberais*. Recife: Editora Universitária, da UFPE, 1996.
- FURET, François. *L'Atelier de l'histoire*. Oaris, Flamarion, 1982.
- \_\_\_\_\_. *La Révolution française*. Gallimard, Paris, 1978.
- GARCIA, Marco Aurélio. *Reforma e Revolução - Reforma ou Revolução*. São Paulo, Editora Marco Zero, 1990.
- GIAZBURG, Carlo. *Mythes, Emblèmes, traces. Morphologie et histoire*. Paris, Flamarion, 1989.
- GIDDENS, Anthony. *A Contemporary Critique of Historical Materialism*. Cambridge, Cambridge University Press, 1982.
- GRAMSCI, Antonio. *Obras Escolhidas*. São Paulo, Editora Martins Fontes, 1978.
- GRUPPI, Luciano. *Tudo Começou Com Maquiavel*. Rio Grande do Sul, Editora L&PM, 1986.
- HOBSBAWM, Eric J. *Revolucionários*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Ecos da Marselhesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- JOFFILY, José. *Revolta e Revolução - Cinquenta Anos Depois*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.
- KOLAKOMSKI, L. *Las Principales Corrientes Del Marxismo*. Madrid: Editora Alianza, 1978.
- KONDER, Leandro. *A Democracia e os Comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Graal, 1980.
- LE ROY LADURÈE, Emmanuel. *Le territoire de l'historien*. T I. Paris, Gallimard, 1977. T. II, 1978.
- LENINE, V.I. *O Estado e a Revolução*. Edições Progresso Moscou, Vol. 3, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Sobre a Democracia Socialista*. Moscovo, Editora Nóvosti, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Um Passo Adiante, Dois Passos Atrás in Obras Escolhidas*, Vol. 1º, Moscou, Edições Progresso, 1984.
- \_\_\_\_\_. *A Terceira Internacional E O Seu Lugar Na História in Obras Escolhidas*, Vol.4º, Moscou, Edições Progresso, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Sobre o Conceito Liberal e Marxista da Luta de Classes in Obras Escolhidas*, Vol.2º,

Moscú, Edições Progresso, 1984.

\_\_\_\_\_. *O Marxismo e a Insurreição* in Obras Escolhidas, Vol.3º, Edições Moscú,

\_\_\_\_\_. *A Doença Infantil do "Esquerdismo" no Comunismo*. Moscú, Edições Progresso, Vol. 5. 1985.

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo; Abril Cultural, 1978.

\_\_\_\_\_. *O Capital - Crítica da Economia Política -*. Livro 3, Vol. 6º. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, s/d.

\_\_\_\_\_. *Revolução e Contra Revolução Na Alemanha*. Coleção 70, Lisboa: Nova-Amadora, 1971.

\_\_\_\_\_. *A Ideologia Alemã*. Lisboa, Editorial Presença, 3ª Edição, Vol. I, s/d.

\_\_\_\_\_. *As Lutas de Classe na França de 1848 a 1850* in Obras Escolhidas, v 1º, Rio de Janeiro: Editora Vitória, 1956.

MERQUIOR, José Guilherme. *O Marxismo Ocidental*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória - a cultura popular revisitada*. São Paulo: Editora Contexto, 1992.

Pequeno Dicionário Político. Moscú: Edições Progresso, 1980.

POULANTZAS, Nicos. *Pouvoir Politique et Classes Sociales*. Paris: Editora Maspero, 1968.

PRADO JÚNIOR, Caio. *A Revolução Brasileira*. Editora Brasiliense, 1966.

RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e Reforma No Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1982.

SARMENTO, Antonio Natanael Martins. *Do Assalto ao céu às mudanças moleculares: notas sobre a revolução* in Symposium. Recife: Fasa, ano 3, dezembro 1999.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *De la démocratie em Amérique*. Paris, Guillimard, 1986.

TRONCA, Ítalo. *Revolução de 1930 - a dominação oculta*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

TROTSKI, Léon. *A História da Revolução Russa*. Rio de Janeiro: Editora Saga, vols. 1 a 3, 1979.

WILLEMS, E. Dicionário de Sociologia. Porto Alegre - Rio de Janeiro: Editora Globo, 1981.

ZAIDAN, Michel. *O PCB e a Internacional Comunista*. São Paulo: Editora Vértice, 1988.

\_\_\_\_\_. *Um Socialismo a Reinventar*. Recife, Editora Pindorama, 1991.

ZUBOK, L.I. *História Contemporânea - Da Guerra Franco-prussiana à Grande Revolução de Outubro*. São Paulo, Editora Novos Rumos, 1986.

*Submissão: 24/08/2014*

*Aceite: 19/10/2014*